

ÓRGÃOS DE FOMENTO DA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA: A HISTÓRIA DO CNPQ E DA CAPES

Débora de Oliveira Lopes; Ítalo Martins de Oliveira

Universidade Federal da Paraíba, deboralopesjp@gmail.com;
Universidade Federal da Paraíba, ítalo.imo@gmail.com

O presente artigo tem por objetivo analisar a política de financiamento da educação superior no Brasil, dando enfoque ao financiamento da Pós-Graduação, que é realizada em sua maioria pelos órgãos de Fomento, destacando-se a CAPES e o CNPq. A Pós-Graduação exerce papel fundamental na formação de recursos humanos e produção de conhecimento capazes de impulsionar o crescimento de um país. O Brasil se situa em posição intermediária e ainda muito longe de alcançar os índices de países com maior capacidade tecnológica e de bom nível de ciência e conhecimento. Faz-se necessário, portanto, conhecer os órgãos de Fomento responsáveis pelo financiamento, manutenção e evolução dos Programas de Pós Graduação do Brasil. Para tanto, propõe-se uma análise histórica dos dois principais órgãos de fomento: A CAPES e o CNPq. Trata-se de uma pesquisa descritiva que se utilizou de levantamento bibliográfico e documental. Com essa metodologia pretende-se traçar, através de uma análise histórica, os caminhos percorridos pela CAPES e o CNPq desde sua criação até o papel atual desempenhado por ambos no fomento da Pós Graduação Brasileira.

Palavras-chave: FINANCIAMENTO DA PÓS GRADUAÇÃO, ÓRGÃOS DE FOMENTO, HISTÓRIA, CNPQ, CAPES

INTRODUÇÃO

As Universidades Públicas e os Institutos de pesquisa são os maiores beneficiários dos recursos destinados à pesquisa científica, uma vez que é nessas Instituições que se desenvolve quase que a totalidade das atividades científicas e os cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* do país.

Os recursos que constituem o sistema de financiamento da Pós-Graduação brasileira são provenientes do Tesouro Nacional; Agências de fomento nacionais e estaduais; Fundos setoriais de pesquisa; empresas públicas ou privadas; e de receitas próprias.

Os recursos do Tesouro Nacional destinam-se, essencialmente, ao pagamento de pessoal e benefícios das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), proporcionando sua manutenção. Tais recursos não são suficientes para o fomento da Pós-Graduação das IFES, e, por isso, as atividades de pesquisa e Pós-Graduação são atendidas, em sua maioria, através de recursos provenientes das Agências de fomento.

No entanto, segundo o PNPG 2011-2020, não há uma metodologia consolidada a ser aplicada pelas entidades e órgãos financiadores da Pós-Graduação, o que dificulta a identificação de todas as fontes de financiamento possíveis para esse nível de ensino. Dessa

forma, o financiamento da Pós-Graduação Brasileira será analisado em sua esfera federal, através de suas maiores instituições de fomento, a CAPES e o CNPq.

Essa análise concentrada nos investimentos federais dá-se por ser o Governo Federal o maior investidor da Pós-Graduação no Brasil, apesar de existir outras fontes de origem estadual ou de setores produtivos não governamentais.

Além de políticas educacionais, o auxílio de recursos financeiros é essencial para a promoção da implantação, consolidação e expansão da Pós-Graduação *stricto sensu* no Brasil. Tais recursos, oriundos das agências de fomento, instituições financeiras ligadas ao Governo, são de extrema importância para a manutenção dos cursos de mestrados e doutorados do país, bem como de seus pesquisadores e pesquisas científicas, proporcionando apoio à capacitação de pessoal e ao desenvolvimento científico e tecnológico.

Ademais, o papel das agências de fomento vai muito além que a de um simples agente financiador. Seu papel expande-se em sua atuação na articulação e elaboração de iniciativas, além das financeiras, para desenvolver a pesquisa do país.

Nesse sentido, Góes, ainda em 1972, já enfatizava a importância das agências de fomento no desenvolvimento da Pós-Graduação quando declara:

Mencionamos que diversas agências federais (CAPES, CNPq, BNDE-FUNTEC e FNDCT) financiam a Pós-Graduação sob a forma de auxílios para equipamentos, suplementação de salários de pessoal docente, despesas de custeio e bolsas de estudo para graduados. É de assinalar-se que dessas fontes provém a maior parte dos recursos, sendo modestos comparativamente os supridos pelos orçamentos das universidades (Góes, 1972, p. 228).

Apesar de o autor citar várias agências de fomento, além de tantas outras existentes, neste trabalho será destacado o papel da CAPES, ligada ao MEC, e do CNPq, ligado ao MCT, por serem as principais instituições de fomento junto aos programas de Pós-Graduação, em nível de mestrado e doutorado do Brasil.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da pesquisa, os procedimentos metodológicos adotados são de suma importância, pois, a partir destes, o pesquisador produz seus estudos de acordo com uma racionalidade objetiva. (GIL 2010; FONSECA 2002)

No presente estudo, a pesquisa desenvolvida pode ser classificada como sendo descritiva. (GIL, 2010). Quanto ao embasamento da pesquisa, este estudo se utilizou do levantamento bibliográfico e documental.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ

Além da existência de demanda para a formação de recursos humanos para o ensino superior brasileiro nos anos de 1950, existia também a necessidade do desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil. Para tanto, seria necessária a criação de uma entidade que fomentasse o desenvolvimento científico no país.

No entanto, a ideia de criação de uma instituição com tal finalidade data dos anos de 1946, quando sugerida pela Academia Brasileira de Ciências (ABC) a criação de um Conselho de Pesquisas que foi recusada anos mais tarde pelo Congresso Nacional. Então, em 1948, por conta própria, um grupo de cientistas fundou a Sociedade para o Progresso da Ciência (SBPC), voltada para a promoção dos estudos científicos e tecnológicos do Brasil.

Deve-se destacar que foi depois da Segunda Guerra Mundial que o interesse pelo desenvolvimento científico intensificou-se, devido aos avanços da tecnologia bélica, aérea, farmacêutica e a energia nuclear. Esta última exerceu grande influência para despertar tal interesse, pois “a bomba atômica era a prova real e assustadora do poder que a ciência poderia atribuir ao homem” (CNPq).

Para Wandenkolck (1998), o conhecimento da ciência tornou-se essencial para a criação de tecnologia e para o processo de expansão de um país, sendo este o caminho para sua transformação em potência. Dessa forma, com objetivos estratégicos militares e a demanda de desenvolvimento do setor produtivo, emergiu a necessidade de criação do CNPq.

A proposta de criação do CNPq foi aprovada em 1951, e o Conselho foi oficialmente criado através da Lei 1.310, de 15 de janeiro daquele mesmo ano, tendo como finalidades: promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica, mediante a concessão de recursos para pesquisa; a formação de pesquisadores e técnicos; cooperação com as universidades brasileiras; e intercâmbio com instituições estrangeiras. (CNPq).

O CNPq estava diretamente subordinado à Presidência da República e seu orçamento era proveniente da União, através do Fundo Nacional de Pesquisas e outras receitas. Em seus primeiros anos, o CNPq tinha como atividades de fomento, a concessão de bolsas de estudo

para formação e aperfeiçoamento de pesquisadores; apoio à realização de reuniões científicas nacionais e internacionais e o apoio ao intercâmbio científico no país e no exterior. O campo das ciências, principalmente aqueles ligados à física e à energia nuclear, recebeu o maior número de bolsas, o que ressalta o interesse inicial do Conselho. No entanto, áreas como a de ciências biológicas e áreas que incentivassem o processo de industrialização do Brasil também receberam apoio do CNPq.

O CNPq nasceu sob a denominação de Conselho Nacional de Pesquisas. Para Schwartzman (2001), tal denominação, bem como as finalidades do conselho, devem-se à pressão da comunidade científica, pois a depender do Governo sua denominação remeteria ao seu principal objetivo, o desenvolvimento da energia atômica. Tão importante e interesse na energia nuclear que, em 1956, a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) foi criada e passou a gerir a atividade nuclear no Brasil, independente do CNPq.

Com a criação do CNEN, o CNPq passou por uma reestruturação, uma vez que seu orçamento foi reduzido em mais da metade, o que resultou em grande evasão de cientistas do país (CNPq). Para Lopes,

a conjuntura econômico-financeira do país deu lugar a uma deterioração do valor dos salários atribuídos aos cientistas, com a consequente saída do país de vários físicos, teóricos e experimentais de elevado gabarito, atraídos pelas excelentes condições de trabalhos oferecidas pelas instituições científicas da Europa e dos Estados Unidos (*apud* CNPq, 2001, p. 162).

Em 1964, a área de competência do CNPq foi alterada e ampliada pela Lei nº 4.533, de 08 de dezembro. Passou a exercer a função de formular uma política científico-tecnológica nacional e atuar em todos os assuntos relacionados à área científica de todos os órgãos do governo.

Pela primeira vez, em 1967, o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) adotou uma política científica e tecnológica, criou o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), entre outras providências que demonstram um importante apoio na consolidação da pesquisa no país.

Nos anos de 1970, o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) reafirma as intenções do PED e, com o objetivo de acelerar e orientar o desenvolvimento de tecnologia no país, institui um sistema regido pelo Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT), que mais tarde, em 1975, seria formalizado como Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (SNDCT), cujo objetivo era integrar e planejar as políticas de desenvolvimento científico e tecnológico.

Ainda em 1974, o Conselho Nacional de Pesquisas transforma-se em Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico por força da Lei nº 6.129 de 06 de novembro de 1974, sendo transformado ainda em uma fundação sob a jurisdição do Ministério do Planejamento.

Em 1976, o CNPq, através de seu Conselho Científico e Tecnológico, foi responsável pela elaboração do II PBDCT, que apresentava como ponto fundamental a formação de pesquisadores visando desenvolver uma base científica do país, e, assim, dar efetividade ao SNDCT. O Plano previa também a intervenção estatal em empresas e institutos de pesquisas com o objetivo de promover o desenvolvimento tecnológico, o que, para Schwartzman (2001), demonstrava que o CNPq mantinha o financiamento de projetos de pesquisa ao mesmo tempo em que buscava outras formas de promover o desenvolvimento científico e tecnológico do país.

O III PBDCT foi aprovado em 1980 e previa uma Ação Programada com diretrizes para os setores socioeconômicos que incluíam, entre outras ações, a criação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT); a implementação da Rede Nacional de Pesquisa (RNP), que levou à implantação da internet brasileira; tratamento igualitário entre todas as áreas de conhecimento e a implementação dos Sistemas Estaduais de Ciência e Tecnologia (SECT's).

Em 1985, através do Decreto nº 91.146, de 15 de março, é criado o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), órgão central do sistema federal de Ciência e Tecnologia, assumindo a responsabilidade pela política nacional de ciência e tecnologia. O CNPq passou a ser vinculado ao MCT e teve algumas de suas funções absorvidas pelo novo Ministério. Com isso, pode-se repensar o papel do CNPq no fomento científico e tecnológico.

Assim, em 1995, o CNPq direciona suas ações para sua nova missão que é a de promover o desenvolvimento científico e tecnológico e executar pesquisas necessárias ao progresso social, econômico e cultural do país.

Ainda nos anos de 1990, a Plataforma *Lattes* e o Diretório de Grupos de Pesquisa foram criados com o objetivo de avaliar, acompanhar e direcionar a política de incentivo à pesquisa.

A Plataforma *Lattes* é um instrumento de suma importância para a padronização nacional de currículos, sendo referência no armazenamento e cruzamento de dados e informações. Já o Diretório dos Grupos de Pesquisa mantém todas as informações inerentes aos grupos de pesquisa em atividade no Brasil, sendo um importante instrumento de intercâmbio e troca de informações.

Atualmente, o CNPq tem por finalidade apoiar e estimular a pesquisa brasileira, através da concessão de bolsas, sejam elas direcionadas à formação do pesquisador, aos pesquisadores

e grupos de pesquisa ou ao fomento à pesquisa com despesas de custeio e capital. Pode-se observar, na tabela abaixo, a disposição dessas bolsas.

Tabela 1 - Programas Oferecidos pelo CNPq

Bolsas direcionadas à formação do pesquisador	Bolsas no País	Iniciação Científica (IC)
		Aperfeiçoamento/Especialização (AP)
		Mestrado (GM)
		Doutorado (GD)
		Pós-Doutorado
	Bolsas no exterior	Estágio/Especialização (SPE)
		Estágio sênior (ESN)
		Mestrado (GME)
		Doutorado (GDE)
		Doutorado Sanduíche (SWE)
Bolsas direcionadas aos pesquisadores e grupos de pesquisa	Produtividade em Pesquisa (PQ)	Pós-Doutorado (PDE)
		Apoio Técnico (AP)
		Pesquisa Especial (PQE)
		Desenvolvimento Científico Regional (DCR)
		Recém-Doutor (RD)
		Especialista Visitante Institucional
		Desenvolvimento Tecnológico Industrial (DTI)
Fomento à Pesquisa (custeio e capital)	Auxílio Editoração (AED)	Iniciação Tecnológica e Industrial (ITI)
		Auxílio Integrado (AI)
		Auxílio Pesquisa (APQ)
		Auxílio Projeto Conjunto de Pesquisa (APC)
		Especialista Visitante (APV)
		Estágio/Especialização do Exterior (ASP)
		Estágio/Especialização no País (AEP)
		Participação em eventos científicos (AVG)
		Pesquisador Visitante (PV)
Promoção de eventos (ARC)		

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados do CNPQ/MCTI

Com isso, o CNPq contribui para o desenvolvimento de pesquisas em áreas estratégicas e para a formação de pesquisadores, através de investimentos para a pesquisa, seja pela concessão de bolsas que podem ocorrer por meio de demanda espontânea, por parte dos próprios pesquisadores ou através de editais específicos para áreas que o CNPq julgue interessante ou estratégica para produção de conhecimento no país.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior - CAPES

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior – CAPES, órgão de fomento pertencente ao Ministério da Educação, foi criada pelo Decreto nº 29.741, de 11 de julho de 1951, tendo por objetivo “assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país” (BRASIL, Decreto 29.741/51).

O referido decreto instituiu uma comissão para a promoção da CAPES, que inicialmente era chamada de Campanha. E foi sob o comando do Professor Anísio Teixeira¹, como secretário geral, que a CAPES foi formalmente implantada em 1961 através do Decreto nº 50.737, de 7 de julho de 1961. Segundo Mendonça (2003), Anísio Teixeira foi de fundamental importância para tornar a CAPES um instrumento de promoção e expansão da Pós-Graduação e da pesquisa científica nas Universidades.

Vale ressaltar que o Brasil se encontrava num processo de estruturação com o desenvolvimento do modelo de industrialização e vivia sob uma política desenvolvimentista, o que exigia a formação de especialistas que pudessem suprir as necessidades que o crescimento econômico iria impor.

Já nos primeiros anos de funcionamento da CAPES, foi implantado o Programa Universitário no qual professores estrangeiros foram contratados com o intuito de interação e cooperação entre as Instituições. Em 1953, segundo a CAPES, foram concedidas 79 bolsas, sendo 02 para formação no país, 23 para aperfeiçoamento no país e 54 no exterior. Já no ano seguinte, esse número pulou para 155 bolsas, sendo a maioria das bolsas destinadas à formação no exterior, o que ressalta a ideia de intercâmbio entre as instituições para formação dos docentes do ensino superior.

Para Mendonça (2003), os primeiros anos de atuação da CAPES configuraram-se num projeto institucional de reconstrução da universidade brasileira que visava sua adequação às necessidades do país, passando a contribuir para a construção do saber científico brasileiro.

Nesse sentido, Mendonça afirma que, para Anísio Teixeira:

fazia-se necessário, para atender às novas exigências do desenvolvimento nacional, uma mudança de qualidade no ensino superior brasileiro, que implicava numa transformação radical das

¹ Anísio Spínola Teixeira foi um jurista, educador e escritor brasileiro. Importante personagem da história da educação no Brasil, difundindo os ideais da Escola Nova que priorizava o desenvolvimento intelectual e capacidade de julgamento em detrimento do processo de memorização. Exerceu vários cargos executivos na Bahia e no Rio de Janeiro, além de ter participado ativamente da fundação da Universidade do Distrito Federal.

práticas efetivamente desenvolvidas no seu interior, supondo mudanças substantivas, não só nas estruturas universitárias, mas na própria mentalidade dos professores universitários. Para ele, estava chegando o momento de se ter a escola pós-graduada como centro e cúpula da nova universidade, formulando e reformulando o saber que seria ensinado na própria universidade, formando os quadros superiores de cientistas nos vários campos do saber humano e constituindo-se no espaço por excelência de formação do professor universitário. Dessa escola partiria, para ele, a verdadeira reforma universitária que se fazia necessária, uma reforma a partir de dentro da universidade, nas suas próprias palavras (MENDONÇA, 2003, p.296).

A partir de 1965, com a classificação de 27 cursos do nível de mestrado e 11 no nível de doutorado, a CAPES passou a exercer função de acompanhamento e avaliação dos Programas *Stricto Sensu* oficialmente instalados no Brasil, uma vez consolidados pelo Parecer Sucupira. Com isso, a CAPES passa a exercer mais atribuições e receber mais apoio financeiro para prosseguir com seu papel na nova política para a Pós-Graduação, auxiliando em sua expansão.

Nos anos de 1970, a estrutura da CAPES é modificada pelo Decreto nº 74.299/74 e passa a ser considerado como Órgão Central Superior, passando a gozar de autonomia administrativa e financeira. Outra mudança refere-se à transferência da sede da CAPES do Rio de Janeiro para Brasília. E, ainda em 1970, foram instituídos os Centros Regionais de Pós-Graduação.

Em 1981, através do Decreto nº 86.791, a CAPES passou a ser responsável pela elaboração do Plano Nacional de Pós-Graduação, a partir de sua segunda edição, o PNPG de vigência de 1982 a 1985. Além disso, passou a ser reconhecida como Agência Executiva do Ministério da Educação e Cultura junto ao sistema nacional de Ciência e Tecnologia, cabendo-lhe a elaboração, avaliação, acompanhamento e coordenação das atividades do ensino superior (CAPES, 2010).

Até o início dos anos de 1990, a CAPES não sofreu mudanças, vivendo um período de estabilidade caracterizado pela continuidade administrativa. Tal período de calma acabaria em 1990, com a extinção da CAPES pela Medida Provisória de n.º 150, de 15 de março assinada pelo então presidente Fernando Collor de Mello.

Houve intensa mobilização da opinião acadêmica e científica brasileira, bem como do próprio Ministério da Educação que foi contrário à extinção do órgão. A CAPES foi recriada pela Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, cerca de um mês após sua extinção. Em 1992, a CAPES foi instituída como Fundação Pública, o que fez com que sofresse uma reestruturação

que a fortaleceu como Instituição responsável pelo acompanhamento e avaliação dos cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* do Brasil.

Em 2007, a Lei de nº 11.502, homologada pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, criou a Nova CAPES que passou a coordenar o Sistema Nacional de Pós-Graduação, bem como passou a atuar por diversas linhas de ação, quais sejam:

- Avaliação da Pós-Graduação *stricto sensu*;
- Promoção da cooperação científica internacional;
- Investimentos na formação de recursos de alto nível no país e exterior;
- Acesso e divulgação da produção científica e
- Indução e fomento da formação inicial e continuada de professores para a educação básica nos formatos presencial e a distância.

Deve-se destacar o enfoque dado à formação dos professores da educação básica, uma vez que tal atribuição foi consolidada dois anos depois, através do Decreto nº 6755 de 2009, que instituiu a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, a qual pretendia aprimorar a qualidade da educação básica do sistema de ensino do Brasil, estimulando experiências e aguçando o interesse nos próximos níveis de ensino.

Outra linha de ação bastante repercutida é a avaliação da Pós-Graduação *stricto sensu*, isso porque afeta diretamente o aporte financeiro aos programas. Esse sistema de avaliação, que data dos anos de 1970, tem por objetivo estabelecer um padrão de qualidade dos programas e identificar quais cursos atendem ao referido padrão, impulsionando, dessa forma, a evolução do Sistema Nacional de Pós-Graduação como um todo.

Dessa forma, a CAPES desempenha papel essencial para expansão e consolidação da Pós-Graduação *stricto sensu* brasileira, sendo o seu papel de coordenar e avaliar de grande valia para os resultados alcançados pelo Sistema Nacional de Pós-Graduação, uma vez que atualmente conta com cerca de 3.905 cursos de mestrado, doutorado e mestrado profissional, com 325.230 pós-graduandos (CAPES, 2015.)

Para promover a expansão e consolidação da Pós-Graduação, a CAPES conta com um conjunto estruturado de Programas de fomento à Pós-Graduação, através da promoção de bolsas no país, no exterior ou de Programas especiais, conforme tabela a seguir:

Tabela 2 - Programas Oferecidos pela CAPES.

Bolsas no País	DINTER Novas Fronteiras
	Programa de Demanda Social (DS)
	Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP)



	MINTER E DINTER – CAPES/SETEC
	Programa de Apoio a Eventos no País (PAEP)
	Programa Institucional de Qualificação Docente para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (PIQDTEC)
	Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD/CAPES _ 2013)
	Plano Nacional de Pós-Doutorado (PNPD)
	Programa de Apoio a Projetos Institucionais com a Participação do Recém-Doutores (PRODOC)
	Programa de Formação Doutoral Docente (PRODOUTORAL)
	Programa de Excelência Acadêmica (PROEX)
	Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (PROSUP)
	Programa Professor Visitante Nacional Sênior (PVNS)
	Programa Professor Visitante Sênior (PVS Capes-UNILA)
Bolsas no exterior	Doutorado
	Doutorado Sanduíche no Exterior – PDSE
	Pesquisa Pós-Doutoral
	Estágio Sênior
	Apoio a Eventos no Exterior (AEX)
	Programa de Áreas Estratégicas e Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia
	Grande Prêmio CAPES de Teses
Programas Especiais	Toxinologia / CAPES
	Prêmio Systems Link - Pró-Multiplicar
	Programa Nacional de Formação em Administração Pública – PNAP
	Programa de Bolsa Especial para Doutorado em Pesquisa Médica
	Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Engenharias
	Programa Pró-Equipamentos
	Programa de Formação de Recursos Humanos em TV Digital
	Programa de Apoio à Mobilidade Discente em Pós-Graduação em Ciências do Mar - Pró-Amazônia Azul
	Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional (Pró-Defesa)
	Programa de Apoio ao Ensino de Relações Internacionais
	Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD)
	Doutorados em Bioinformática e Microeletrônica (BioMicro)
	Programa de Apoio à Pesquisa em Educação à Distância (PAPED)
	Programa de Apoio a Educação Especial (PROESP)
	Programa Nacional de Nanotecnologia
	Programa de Nanobiotecnologia
	Projeto de Criação do Centro de Ensino e Pesquisa em Meio Ambiente (CEPEMA/USP)
	Projeto Rede Centro-Oeste de Pós-Graduação em Ciências da Saúde e Agronegócios

Programa Nacional de Incentivo à Pesquisa em Parasitologia Básica
Pró-Estratégia

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados do CAPES/MEC

Verifica-se uma diversidade de programas e tipos de bolsa de estudo que foram incorporados ao longo do tempo pela CAPES, o que evidencia o incentivo desta agência e do governo federal na expansão e desenvolvimento da Pós-Graduação brasileira.

Dessa forma, a CAPES tem contribuído para a expansão, consolidação da Pós-Graduação Brasileira, preservando a qualidade dos cursos, através da avaliação e capacitando cada vez mais os pós-graduandos, docentes e pesquisadores, favorecendo não só os programas, mas também a sociedade brasileira.

CONCLUSÕES

Com a análise histórica dos caminhos percorridos pela CAPES e o CNPq, desde sua criação até o papel atual desempenhado por ambos no fomento da Pós Graduação Brasileira, pode-se constatar a evolução da Pós Graduação Brasileira em si, bem como o desenvolvimento da participação destes Órgãos de Fomento, com o aumento de programas por eles oferecidos e pelo aumento de bolsas disponibilizadas para os pesquisadores de nosso país.

A Pós-Graduação é fundamental para formação de recursos humanos e produção de conhecimento capazes de impulsionar o crescimento de um país e os órgãos de Fomento são essenciais para sua promoção, devendo-se destacar sua importância e a necessidade de investimento e desenvolvimento destes para que o Brasil possa alcançar índices de países com maior capacidade tecnológica e de bom nível de ciência e conhecimento

REFERENCIAS

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação. Conselho Nacional Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Centro de Memória**. Disponível em <<http://centrodememoria.cnpq.br/Missao.html>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

_____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **História e missão**. Disponível em <<http://www.CAPES.gov.br/sobre-a-CAPES/historia-e-missao>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

_____. _____. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Geocapes**. Disponível em <<http://geocapes.capes.gov.br/geocapes2/>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

_____. _____. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Relatório de Gestão do exercício de 2014**. Disponível em http://www.capes.gov.br/images/stories/download/Contas_Publicas/2014_Relatorio_de_Gestao_CAPES.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2018

_____. _____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior**. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/basicacenso-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 20 jun. 2018

_____. _____. **Decreto nº 29.741, 11 de julho de 1951**. Institui uma Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Brasília: 1951.

GÓES, P. **Aspectos administrativos da educação pós-graduada no Brasil**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, DF, v. 58, n. 128, p. 224-231, 1972.

LOPES, R. J. **Crise no CNPq afeta custeio de pesquisas**. Folha de S. Paulo. Caderno 1, p. A3, 20 ago. 2002.

MENDONÇA, A. W. P. C. **A pós-graduação como estratégia de reconstrução da universidade brasileira**. Educar em Revista. Curitiba, PR, Editora UFPR, n. 21, 2003.

SCHWARTZMAN, S. **Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001. Disponível em:< <http://www.schwartzman.org.br/simon/spacept/espaco.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2018

WANDENKOLCK, R. V. **O CNPq e a política de fomento às ciências sociais: o caso da sociologia**. 1998. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação de Sociologia. Disponível em: < <http://pos.fflch.usp.br/node/44261>>. Acesso em: 20 jul. 2018.